



Entre o imaginário religioso e as memórias: a devoção a São José da Agonia na Paróquia de Água Preta – PE.

Marlon Anderson de Oliveira¹

Introdução:

A religião é um elemento que está presente na história das sociedades humanas, desde os tempos mais antigos até os dias atuais. Presente na construção do processo histórico das sociedades, a religião se configurou como um instrumento de poder e, ao mesmo tempo, como um mecanismo que congregava em torno de uma divindade ou de uma personalidade, diversos contingentes humanos. Estudar a diversidade existente no universo religioso é um desafio complexo, que exige esforço, dedicação e muito zelo, pois o universo da religião é abrangente. É na diversidade das crenças, dos ritos e mitos, que podemos perceber a beleza das múltiplas manifestações do sagrado.

Em Ciências da Religião trabalhamos diretamente com o campo simbólico presente na dimensão do sagrado. Durante a construção deste trabalho procuramos investigar aspectos da relação do imaginário e das memórias acerca da devoção a São José da Agonia da paróquia de Água Preta. Desta forma, nossa metodologia concentrou-se na investigação do imaginário. O simbólico permeou a compreensão dos aspectos constitutivos desta prática devocional. Eliade explica que:

a ideia religiosa da verdade absoluta é simbolicamente expressa, entre tantas outras imagens, pela figura de um fruto miraculoso que confere, ao mesmo tempo, imortalidade, onisciência e onipotência e que é capaz de transformar os homens em deuses.

Nosso trabalho tem a história como disciplina auxiliar básica, e nesta, fica na fronteira entre a história social e a cultural. A história cultural privilegia a experiência humana e os desdobramentos ocorridos nas diversas

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor do Programa de Educação Integral da Rede Estadual de Pernambuco. marlonoliver@hotmail.com



relações efetuadas em sociedade. É a partir deste prisma que os fatos sociais são estudados, pondo em evidência experiências que antes passavam despercebidas aos olhos do observador, como enfatiza Hebe Castro: “A história social mantém, entretanto, seu texto básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos coletivos – sociais – na explicação histórica”. No que se refere aos aspectos culturais, nossa pesquisa procurou analisar como as práticas devocionais sobre este fenômeno incidem na constituição da condição humana dos sujeitos que a praticam, tendo como, cerne o imaginário e a preservação das memórias. o religioso se confunde com o humano, configurando, assim, manifestações de uma cultura rica e diversificada, que precisa ser cada vez mais vitalizada, tornado-se campo fértil para pesquisa sobre culturas e mentalidades.

1. Entre o imaginário e as memórias: a devoção a São José da Agonia em Água Preta/PE.

1.1 O Imaginário Religioso: algumas considerações

As ideias de Mauss tornaram - se questões decisivas para a interpretação das diversas representações coletivas e simbólicas. Podemos considerar que Mauss arquiteta uma antropologia geral dos fenômenos associados ao imaginário, provendo assim uma relação prospera entre a sociologia e a etnologia. Em sua interpretação sobre a prece em 1909, o mesmo já fundamentava como este segmento da manifestação do sagrado compunha diversos elementos que circundam o imaginário daqueles que estão envolvidos pelo dinâmica das religiosidades, assim enfatiza Mauss:

De todos os fenômenos religiosos, são poucos, os que, mesmo considerados apenas externamente, dão de maneira tão imediata quanto a prece a impressão de vida, de riqueza e complexidade. Ela possui uma história maravilhosa: vinda e baixo, elevou-se até o ápice da vida religiosa. Infinidamente, flexível, assumiu as formas mais variadas, alternativamente adorativa e dominadora, humilde e ameaçadora, seca e abundante em imagens, imutável e variável, mecânica e mental. (MAUSS, 1979, p. 103)

Em Mauss percebemos que, o estudo do domínio dos símbolos lhe parece ser um caminho para elucidar as diversas formas e conteúdos,



mesmo os mais intrigantes exteriorizados pelos mitos, crenças, alucinações religiosas, ou delírios coletivos. O campo do simbólico permite a articulação da pesquisa sociológica a partir das representações da humanidade, considerando que, a produção de seus símbolos e suas devidas associações só coincidem imaginariamente ou de forma arbitrária com as coisas que são representadas. “O simbólico serve de expressão total das coisas, e corresponde aos humanos que o assimilam e a ele fazem sua adesão”. (LEGROS, 2007, p. 81-82).

1.2 A Paróquia de São José da Agonia:

A Paróquia de São José da Agonia, está situada no município de Água Preta, cravado na Região da Mata Sul de Pernambuco. Seu contexto religioso, remete-nos ao universo colonial patriarcal, no qual a religião doméstica, apresentava-se como predominante, tendo como seu expoente a figura do senhor. Esta constatação, tornou-se um dos aspectos trabalhados em nossa dissertação de mestrado, quando pesquisamos um hiato importante da história religiosa destes município. Em dado momento devido a ausência de ministros ordenados, a figura do senhor proprietários dos canaviais, colocava-se mais evidente do que a presença dos ministros da hierarquia. O catolicismo teve participação marcante na fundação da localidade, que se tornou, primeiramente, Freguesia, dedicada a São José da Agonia e, posteriormente, transformou-se em paróquia, consolidando, assim, a predominância do catolicismo.

Conforme documentos dos Anais Pernambucanos, a Freguesia de São José foi fundada a pedido do senhor bispo diocesano, Dom Frei José Maria de Araújo, O.S.H., visto que havia a necessidade de uma divisão da antiga Freguesia do Una.

10 de novembro de 1809 – Resolução de consulta do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, criando a paróquia de Água Preta, sendo o seu território desmembrado da freguesia do Una, em virtude de representação do bispo diocesano D. Fr. José Maria de Araújo, O.S.H. (RUBERT, 1988, p. 73) em que expunha a necessidade de ser dividida esta freguesia criando-se uma outra com a denominação de Água Preta. Pela mesma resolução fosse construída no lugar Cachoeira Seca, que o pároco tivesse cem mil réis anuais de cômputo, e um quarto de légua em quadro para servir de passal, como determina a Provisão de 09 de agosto de 1747. (COSTA, 1984, p. 258-259)



Com a instalação da Freguesia e a chegada do primeiro vigário, Pe. Sebastião José Peixoto Guimarães, veio a ordem régia de D. João VI para que fosse erguida uma igreja matriz dedicada a São José da Agonia:

D. João VI mandou construir a igreja matriz da freguesia, e nomeado vigário o Pe. Sebastião José Peixoto Guimarães, teve lugar a sua instalação sob o orago de São José da Agonia, em sitio próximo à foz do Rio Preto, um dos confluêntes do Una, pelo que, por muito tempo teve a paróquia o nome daquele rio, até que o perdeu pelo atual de Água Preta. (COSTA, 1984, p. 258-259)

Enquanto a Igreja nacional vivia, com intensidade, as confluências com o aparecimento do movimento reformador, a localidade dava seus primeiros passos como paróquia. A paróquia de Água Preta surgiu em um importante momento da história do Brasil Colônia, que, naquele momento, se transformava em sede da coroa portuguesa, e passou por diversos momentos da história local e nacional. Mesmo tornando-se Freguesia, em 1809, a localidade demorou a se tornar um município emancipado, conforme documento escrito em 1992:

O terreno que hoje constitui o município de Água Preta, no início deste século, fez parte da freguesia de Serinhaém. Foi desmembrada da paróquia do Una, pela resolução de 10 de novembro de 1809, sendo seu primeiro vigário Pe. Sebastião Peixoto Guimarães. Ereta vila pela lei nº 156, de 31 de março de 1846, a de nº 314, de 13 de maio de 1853, extingue-se para incorporá-la ao termo de Barreiros, restabelecendo-a depois pela lei n.º 460, de 02 de maio de 1859. Havendo sido ligada à Comarca de Rio Formoso, a lei nº 520, de 13 de maio de 1862, desligou-se para junto com a freguesia de São José de Barreiros constituírem uma nova Comarca com a denominação de Palmares. Pela lei nº 1093, de 24 de maio de 1873, foi transferida a sede do município da comarca para a povoação dos Montes, que foi elevada a categoria de vila com a denominação de Palmares. Restaurados seus foros de vila, pela lei n.º 1405, de 12 maio de 1879, instalou-se a respectiva Câmara Municipal com a denominação Água Preta, pela lei n.º 1806, de 13 de junho de 1884, somente em 11 de janeiro de 1890 foi instalada, sendo então seu primeiro juiz de direito o Dr. José Brandão da Rocha. De acordo com a Constituição do Estado, e a lei nº 52, de 03 de agosto de 1892, constitui-se município autônomo, em 21 de março de 1893, sendo eleitos para o primeiro governo administrativo do município o Sr. Francisco Cornélio da Fonseca de Lima e sub-prefeito o Coronel Manoel Veríssimo do Rego Barros. (ANGEIRAS, 1990, p. 03)

A inconstante situação política do município de Água Preta se deu devido ao fato de a localidade, em determinados acontecimentos da história local, ter tido uma participação efetiva nos principais movimentos ocorridos em Pernambuco durante os períodos colonial e imperial. O caso de maior destaque foi a participação na Revolução Praieira, de 1848, quando a cidade



se transformou numa guarnição dos praieiros, como explica a professora Célia Angeiras:

Água Preta figura como um dos pontos por onde passou a Revolução Praieira de 1848. Os revoltosos que tinham pernoidado no engenho “Aracatum” do município de Barreiros, chegando ao “Cachoeira”, em 26 de outubro de 1848, bateram uma força encontrada aí, de paisanos governistas. Suas terras serviam de palco de guerras contra as tropas legalistas, as tropas liberais cruzaram nesse território sob o comando do Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, filho da terra, que instalou um quartel general da revolução, dentro da então vila. (ANGEIRAS, 1990, p. 02)

Antes mesmo da explosão da Revolução Praieira, na segunda metade do século XIX, o município tinha participado de outros movimentos que atraíram os olhos do cenário nacional, como foi o caso da insurreição dos Cabanos, durante o período regencial brasileiro. Em sua obra Guerra dos Cabanos, o historiador Manuel Correia de Andrade destaca a participação da localidade em vários episódios desse levante:

A estes, fez juntar 30 homens sob o comando do Juiz de Paz de Maranguape, que se achava a postos para defender o Recife em qualquer eventualidade, e os que pudessem ser reunidos pelo comandante do Batalhão 62 de 2ª linha e pelo Juiz de Paz de Água Preta. Levado por tão sérias dificuldades, insistia o Vice-Presidente junto ao Juiz de Paz de Flores para que enviasse força do seu distrito para Água Preta. (ANDRADE, 2005, p. 51)

Essa realidade circundava a relação entre a Igreja e o Estado imperial. Enquanto a situação apontava para um eventual conflito ideológico, nas localidades onde o poder temporal do Estado era substituído pela figura do senhor, o catolicismo era desenvolvido nos moldes de um regalismo exacerbado.

Atualmente, a paróquia de São José da Agonia, pertence a Diocese de Palmares, igreja particular que tem como sediada no município de Palmares que apresenta uma situação muito semelhante aos demais municípios do país, em relação à renda per capita, desigualdades sociais, distribuição de riquezas e desenvolvimento industrial e agrícola. Contudo, algumas características apresentadas em seu contexto o diferenciam de algumas cidades da região, fazendo com que este município torne-se uma cidade pólo em nível regional.



Em 2012, a paróquia de São José da Agonia, celebrou seu bicentenário, momento de reafirmação desta presença institucional religiosa da Igreja Católica na Região da Mata Sul de Pernambuco.

Na noite de 31 de julho de 2012, a comunidade paroquial de São José da Agonia, do município da Água Preta/PE, reuniu-se na Matriz de São José, para render louvores a Deus por meio da celebração Eucarística em ação de graças ao Jubileu do Bicentenário de Fundação e Instalação da Paróquia. Foi realizado nesta mesma celebração, o Rito de Dedicção da Matriz de São José da Agonia e a entronização defronte do altar-mor da Igreja as Relíquias de São Pio X, Papa. Momento de muita alegria, onde a comunidade reunida, acolheu o bispo diocesano, Dom Genival Saraiva de França, presidente desta solene celebração, e sacerdotes de outras comunidades paroquiais de nossa Diocese: Pe. Geraldo Júnior (Joaquim Nabuco), Pe. Brito (S. José da Coroa Grande), Pe. Moises Bernardo (Xexéu), Pe. Agivaldo Lessa (Santa Luzia/Palmares), Pe. Norberto (Vigário Geral), Padre Gilberto (Paróquia da Catedral), os diáconos: Leandro Firmino (Paróquia de Santana/Ribeirão), Diác. Francisco de Assis (Água Preta). Também presentes no presbitério estavam os acólitos da nossa paróquia e convidados vindos das paróquias de Joaquim Nabuco e Xexéu. A celebração do bicentenário da Paróquia de São José da Agonia faz parte da programação do Jubileu áureo de fundação da Diocese de Palmares (1962-2012).²

1.3 Devoções, Festas, Ritos e Identidades: um olha sobre o catolicismo popular

Estamos observando, nos últimos anos, uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de “identidade”. O conceito tem sido submetido, ao mesmo tempo, a uma severa crítica. Como se pode explicar esse paradoxal fenômeno? Onde nos situamos relativamente ao conceito de “identidade”? Está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral originária e unificada. Na filosofia tem-se feito, por exemplo a crítica do sujeito auto – sustentável que está no centro da metafísica ocidental pós cartesiana. No discurso da crítica feminista e da crítica cultural influenciadas pela psicanálise têm-se destacado os processos inconscientes de formação da subjetividade, colocando-se em questão, assim, as concepções racionalistas de sujeito. As perspectivas que teorizam o pós-modernismo têm celebrado, por sua vez, a existência de um “eu” inevitavelmente performativo. Têm-se delineado, em suma, no contexto da crítica antiessencialista das concepções éticas, raciais e nacionais de identidade cultural e da “política da localização” algumas concepções teóricas mais imaginativas e radicais sobre a questão da subjetividade e da identidade. Onde está, pois, a necessidade de mais uma discussão sobre a “identidade”? Quem precisa dela? (HALL, 2000, p. 103)

² Citações e Referencias a Documentos Eletrônicos. Banco de Dados. Disponível em: <http://paroquiasja.blogspot.com.br/2012/07/liturgia-em-acao-de-gracas-pela.html>. Acesso em 29.08.2015



O debate sobre a construção de identidades também está presente no universo das religiosidades. As devoções, as festas e os ritos religiosos estão impregnados pelas identidades daqueles que o praticam, vivenciam e conduzem. As identidades são constituídas a partir de elementos constitutivos que caracterizam sua formação. Desta forma, concordamos com Mircea Eliade que em sua obra *O Sagrado e o Profano*, respectivamente nos dois primeiros capítulos, enfatizou que: “para o homem religioso, o espaço não é homogêneo”, pois apresenta “roturas e quebras”. Existe um espaço forte, significativo, sagrado, e outros não-sagrados, “sem estrutura nem consistência”, representam o caos. (ELIADE, 2010, p. 21).

No entanto, é preciso entender que torna-se necessário, sacralizar o espaço para que ele seja habitado. Devido a isto, busca-se um ponto de convergência, um centro de orientação, que pode ser um templo, o local ou o altar de sacrifício de um animal, cruz, poste ou mastro, escada, árvore ou montanha, uma procissão ou a reza de um terço. Qualquer um desses elementos marcam o limiar entre o sagrado e o profano e torna-se o eixo de ligação entre o céu, a terra e o mundo inferior, entre os deuses, o território, habitado pelos homens e o mundo de baixo, popularmente pela construção imaginária associa-se ao inferno. (ELIADE, 2010, p. 24-28).

As devoções, festas e ritos têm a função primordial de reatualizar o tempo mítico, reversível e recuperável. Ao participar desses eventos, o fiel evoca e recria o tempo inicial. As manifestações religiosas não significam apenas a comemoração de um acontecimento, mas a sua reatualização, uma forma de reviver o tempo original e promover a purificação.

Faz-se necessário não perder de vista que, o cristianismo criou o tempo litúrgico, baseado na historicidade de Jesus Cristo. Assim, o tempo festivo é repetido, mas não é algo que está imóvel nem imutável. Revela-se como um momento especial, mais não tão diferente do calendário profano. Não é um evento isolado, pois o ritmo tradicional do cotidiano e intensamente modificado, promovendo a sociabilidade e o sentimento de pertencimento e identidade nas comunidade religiosas que vivenciam este tempo religioso. Também é interessante notar que existem relações com aspectos políticos,



econômicos e sociais. Compreendo que, um cientista da religião, como estudioso dos fenômenos religiosos, deve estar atento as homenagens feitas a uma divindade, intercessor ou entidade, deve estar atento aos significados, às mutações, perdas e incorporações de novos elementos. Michel Vovelle, explica que:

Assim como não há uma História imóvel, também não há uma festa imóvel. A festa na longa duração, assim como a podemos analisar através dos séculos, não é uma estrutura fixa, mas um continuum de mutações, de transições, de inclusão com uma das mãos e afastamentos com a outra. (VOLVELLE, 1991, p. 251)

Segundo José Comblin, no Brasil nunca houve um único catolicismo, e sim várias formas de catolicismo popular: “Na realidade, há no Brasil – e em todos os países do mundo – várias formas de catolicismo popular, várias estruturas, perfeitamente coerentes e lógicas, cada uma na sua ordem”. (COMBLIM, 1968, p. 260)

Desde a sua chegada ao Brasil, no catolicismo foram perceptíveis distintas modalidades. Entre nós, o catolicismo sempre teve modelos estabelecidos, e esses passaram a integrar a formação histórica da sociedade brasileira. Riolando Azzi classifica esses modelos dizendo que “na história religiosa do Brasil estão presentes duas formas de catolicismo: o catolicismo tradicional e o catolicismo renovado.” (AZZI, 1978, p. 11)

As duas formas apontadas por Azzi são pontos de partida para que se possa buscar uma compreensão acerca dessa modalidade do catolicismo, a popular, frente ao desenvolvimento de um catolicismo hierárquico romanizado que, então, estava em pleno contato com as diretrizes da Santa Sé. O encontro entre os dois modelos foi, no período, determinante para a atuação da Igreja nacional em diversos setores e momentos das primeiras décadas do século XX.

Mas, como diferenciar catolicismo popular do catolicismo oficial?

Segundo Comblin,

o catolicismo oficial, definido pela teologia e pelo direito canônico nunca existiu. Existem sistemas concretos constituídos por uma certa impregnação cristã de várias civilizações. Mas o cristianismo puro, oficial entre o catolicismo dos clérigos e o catolicismo popular consiste apenas nisto que os clérigos imaginam que o seu cristianismo é puro e o único verdadeiramente autêntico. Na realidade existem apenas diferentes sistemas de tradução do



cristianismo em condições concretas de vivência humana. As formas populares merecem tanto respeito quanto as formas oficiais. (COMBLIM, 1968, p. 260)

Qual é a origem do catolicismo popular? Refletindo sobre essa questão apoiamos-nos na visão de João Fagundes Hauck, que, como introdução ao tema, explica:

Num quadro geral das manifestações religiosas do povo, pode falar-se em primeiro lugar das expressões religiosas populares sob controle da Igreja hierárquica, das expressões religiosas do povo em sua piedade autônoma. A religiosidade popular que se expressava dentro dos quadros oficiais da Igreja é diversa e contraditoriamente caracterizada pelas fontes históricas neste período. E isto conforme a perspectiva sob a qual cada um se colocava para interpretar a vida cristã do povo. (HAUCK, 1992, p. 217)

A religiosidade popular é um elemento característico da vida da Igreja, porém, muitas vezes, ocorreu um controle sobre as práticas e ações desse tipo de catolicismo. Desde o período colonial, os bispos observavam, com cautela, as práticas devocionais que não estavam de acordo com a liturgia oficial. Da cultura do povo surgiu um catolicismo diferenciado, simples, mas rico em expressões e práticas de fé. Para Eduardo Hoornaert, “o povo tem uma cultura própria e podemos mesmo afirmar que o catolicismo popular constitui a cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de sua história”. (HOORNAERT, 1991, p. 99.)

Não devemos destruir o catolicismo popular, mas deixar que os próprios cristãos populares o melhorem dentro do seu dinamismo. Mas essa atitude supõe que reconheçamos pelo menos a existência e a coerência dos catolicismos populares. (COMBLIN, 1968, p. 260).

A origem desta modalidade do catolicismo é a cultura popular, a vida do povo. Para entendermos diversos aspectos presentes neste trabalho, necessitamos, remeter-nos ao período colonial, cuja importância é destacada para o embasamento das idéias deste estudo. Percebemos que nas primeiras décadas do século XX, em uma região intermediária entre dois grandes centros urbanos – Recife e Maceió (POLMAN, 1986. p. 128), e é neste hiato especial que localiza-se a paróquia de Água Preta, apresenta sinais de um catolicismo colonial, extremamente ligado ao povo e à sua devoção aos santos populares, como São José e Nossa Senhora da Conceição.



Foto. Nº 01 – Matriz de São José da Agonia – Paróquia de Água Preta
(Fonte: Arquivo Paroquial)

A Paróquia de Água Preta, local principal de nossa investigação, onde o catolicismo popular até hoje é muito forte e convive, de forma harmônica, com as diretrizes vindas da Igreja em âmbitos local, nacional e universal. Nesta comunidade paroquial a força das expressões populares é praticada e vivida pelos fiéis com intensidade, tendo como expressão mais significativa a festa do padroeiro “São José da Agonia”.

1.4 A Festa de São José da Agonia: aspectos teológicos, sentidos e memórias

Nas primeiras comunidades, os cristãos eram chamados de santos. Paulo endereça várias de suas cartas aos santos que moram em Éfeso (Ef 1,1); aos santos que estão em Filipos (Fl 1,1); aos irmãos em Cristo, santos e fiéis que moram em Colossas (Col 1,2). Ele está se referindo às pessoas de fé que, por se comprometerem com Jesus, participam da santidade do Filho de Deus. Esses santos e fiéis, em suas comunidades, trabalhando e vivendo na fé, são o que hoje chamamos de Igreja peregrina, ou seja, o povo de Deus, comprometido com Cristo, que, enquanto peregrina ou caminha por este mundo, já participa da santidade de Cristo. (SILVA; CARMO, 2014, p. 03)



A devoção a São José na Igreja Católica é antiquíssima. A Igreja do Oriente celebra sua festa desde o século nono, tendo os Carmelitas introduzido tal festa na Igreja ocidental. Os Franciscanos em 1399 já festejavam a comemoração do santo Patriarca. Xisto IV, inseriu-a no breviário e no missal. Gregório XV, generalizou-a em toda a Igreja. Clemente XI, compôs o ofício com os hinos para o dia 19 de março e colocou as missões da China sob a proteção de São José. Pio IX, introduziu, em 1847, a festa do Patrocínio de São José e, em 1871 declarou-o, padroeiro da Igreja. Leão XIII, e Bento XV, recomendaram aos fiéis a devoção a São José, de um modo particular, chegando este último Papa a inserir no missal um prefácio próprio.



Foto. Nº 02 - Procissão de São José da Agonia, 19 de março de 2015
(Fonte: Arquivo Paroquial)

Em sua catequese realizada na audiência geral do dia 19 de março de 2014, o Papa Francisco declara:

José foi para Jesus exemplo e mestre desta sabedoria, que se alimenta da Palavra de Deus. Podemos pensar no modo como José educou o pequeno Jesus a ouvir as Sagradas Escrituras, principalmente acompanhando-o aos sábados à sinagoga de Nazaré. E José acompanhava-o para que Jesus ouvisse a Palavra de Deus na sinagoga. E a prova da escuta profunda de Jesus em relação a Deus, José e Maria tiveram-na — de uma maneira que os surpreendeu — quando ele, com doze anos, permaneceu no templo de Jerusalém sem



que eles o soubessem; e encontraram-no depois de três dias, enquanto dialogava com os doutores da lei, os quais ficaram admirados com a sua sabedoria. Eis: Jesus está repleto de sabedoria, porque é o Filho de Deus, mas o Pai celeste valeu-se da colaboração de São José, a fim de que o seu Filho pudesse crescer «cheio de sabedoria» (Lc 2, 40). (FRANCISCO, 2014, p. 04)

Nada sabemos a respeito da infância de São José, tampouco da vida que levou, até o casamento com Maria. Os Evangelhos não dizem nada a respeito; limitam-se apenas a afirmar que José era justo, o que quer dizer: José era cumpridor da lei.

Segundo a Doutrina de São Tomás de Aquino, Deus confere as graças e privilégios à medida da dignidade e da elevação do estado, a que destina o indivíduo. Pode imaginar-se dignidade maior que a de S. José que, pelos desígnios de Deus, devia ser esposo de Maria e pai nutrício de Jesus? Maria, consentindo no enlace com um descendente da família de David, não podia ter outra coisa em mira, senão uma garantia para o futuro, uma defesa de sua virtude e uma satisfação perante a sociedade, visto que no Antigo Testamento não era conhecida, e muito menos considerada, a vida celibatária.

Francisco, enfatiza:

Com efeito, ele tinha desposado a mulher «cheia de graça». (Lc.1,28), e sabia bem que Jesus tinha sido concebido por obra do Espírito Santo. Portanto, neste campo da graça, a sua obra educativa consistia em secundar a obra do Espírito no coração e na vida de Jesus, em sintonia com Nossa Senhora. Este âmbito educativo é o mais específico da fé, da oração, da adoração e da aceitação da vontade de Deus e do seu desígnio. Também e sobretudo nesta dimensão da graça, José educou Jesus primariamente com o exemplo: o exemplo de um «homem justo» (Mt. 1,19), que se deixa sempre guiar pela fé, e sabe que a salvação não deriva da observância da lei, mas da graça de Deus, do seu amor e da sua fidelidade. (FRANCISCO, 2014, p. 04)



Foto. Nº 03 – Andor de São José da Agonia, 19 de março de 2012
(Fonte: Arquivo Paroquial)

Celebrando o contrato com Maria certamente o fez com a garantia absoluta da pureza virginal, que por inspiração divina votará a Deus. Ao realizar-se a grandiosa obra da Encarnação do Verbo. (JO.1, 1-15). O Arcanjo Gabriel comunicou-se o grande mistério, que nela se havia de realizar e, após pronunciar o “sim”, consentindo sua maternidade operada pelo Espírito Santo, deixou José em completa ignorância. Com esse consentimento, dirigiu-se à casa de Isabel, onde se demorou três meses e, de volta para casa, seu estado causou em José as mais graves preocupações dúvidas.

Nesta perplexidade invencível, resolveu abandonar a esposa e, quando tudo já estivesse providenciado para a partida, um Anjo do Senhor lhe aparece em sonhos e lhe diz: “José, filho de Davi, não temas admitir Maria, tua Esposa, porque o que nela se operou é obra do Espírito Santo”. (Lc.1, 26-38). Foram dissipadas as dúvidas de José. Ignora-se quando São José morreu. Há razões que fazem supor que o desenlace se tenha dado antes da vida pública de Jesus Cristo. Certamente não se achava mais vivo quando seu Filho morreu na cruz; do contrário não se explicaria porque Jesus recomendou a Mãe a São João Evangelista, não tendo por isto razão, se

estivesse vivo José. Que morte santa terá tido o pai nutrício de Jesus? Que felicidade morrer nos braços do próprio Jesus, e ao lado de Maria sua esposa. A Igreja com muita razão invoca São José como padroeiro dos moribundos e os cristãos se lhe dirigem com confiança, para alcançar a graça de uma boa morte. Não existem relíquias de São José, tampouco sabe-se algo do lugar onde foi sepultado.



Foto. Nº 04 – Imagem de São José da Agonia da Boa Morte
(Fonte: Arquivo Paroquial)

Segundo o Pe. Alencar:

A Igreja, como está configurada, foi, em grande parte, constituída pela religiosidade popular e se mantém graças a ela. Abrir-nos humildemente a essa enorme contribuição do povo não significa aceitar e endossar toda forma de religiosidade de maneira populista, mas aprender com quem poderíamos achar que não tem nada a ensinar. Trata-se de saber dialogar com o imaginário do povo e com seus sistemas simbólicos, encontrando neles o que há de profundamente evangélico; procurar o sagrado vivo e presente na fé do povo e estar dispostos a aprimorar o que porventura não seja evangélico. Não é nenhum favor fazer isso, ao contrário: é a fé do povo que nos presta obséquio, ajudando a relativizar cientificismos, intelectualismos, eurocentrismos, teologias e liturgias frias ou tendentes a se distanciar da realidade. (ALENCAR, 2013, p. 04)

A tradicional festa religiosa dedicada a São José da Agonia, ocorre todos os anos nos idos do mês de março, geralmente dentro do tempo litúrgico da quaresma. Mesmo sendo um tempo de contrição, apregoados nos



sentidos litúrgicos deste momento, abre-se uma especial exceção para a vivencia deste momento significativo da comunidade católica da paróquia de Água Preta.



Foto. Nº 04 – Romeiros visitantes vindos da cidade de Paulista – Região Metropolitana do Recife
(Fonte: Arquivo Paroquial)

O dia 19 de março, é marcado pela efervescência das práticas individuais e ações coletivas dos fiéis participantes desta manifestação pública, sobre estas características Durkheim afirma: “A força religiosa é apenas o sentimento que a coletividade inspira aos seus membros, mas projetado fora das consciências que o exprimem, e objetivado”. (DURKHEIM, 1996, p. 271). É um dia de experiências concretas que, materializam-se nas mais diversas formas, a partir das subjetividades presentes em cada indivíduo presente. São representações marcantes, no qual nos faz perceber que é “nesses meios sociais efervescentes, e dessa própria efervescência que parece ter nascido a ideia de religião”. (DURKHEIM, 1996, p. 272).

A devoção a São José da Agonia, situa-se também no universo do imaginário religioso, quando em sua grande maioria, os fiéis participantes atribuem a sua intercessão o sucesso das futuras colheitas do milho que ocorrem respectivamente nos meses de junho e julho. Legros explica que: “a



religião é, simultaneamente, uma atividade social de comunicação simbólica, pelos ritos, mitos e crenças. (LEGROS, 2007, p. 218).

As memórias em torno da celebração da festa de São José da Agonia, prefiguram-se a partir das relações estabelecidas por cada fiel. Ao santo são dirigidos vários pedidos e intenções que transformam – sem em motivações para a participação mais efetiva deste período onde discorre a festa do santo.

Gilbraz, enfatiza:

Percebemos que, no cotidiano do pobre, confundem-se a vida do corpo e a vida do grupo, o trabalho manual e as crenças religiosas. O que caracteriza a cultura popular é o fato de ser grupal mas resguardar um espaço privatizado para a fé, de valorizar tanto materialismo como animismo, possuindo uma visão cíclica da existência que remonta à vida rural e interpreta as coisas todas pelos ciclos da natureza. De forma que o homem pobre, no interior ou no subúrbio, conhece o uso da matéria, mexe com a terra ou com instrumentos mecânicos que são seu meio de sobrevivência. Por isso ele é realista, prático, sabe até onde pode agir, mas, ao mesmo tempo, recorre a forças superiores (Deus ou a Providência) que se desdobram em entidades carregadas de energia (os santos e espíritos). Assim, conjuga-se o realismo material com um universo mágico, ora benéfico, ora maléfico, cheio de azares e sortes, simpatias e maus-olhados, concretizando-se em imagens, fitas e amuletos. (ARAGÃO, 2002, p. 39)

Em busca de uma compreensão mais detalhada, utilizamos no decorrer do desenvolvimento deste estudo, a metodologia da história oral. Respectivamente selecionamos fieis participantes das celebrações ocorridas durante a festa religiosa dedicada a São José da Agonia. Nosso critério de escolha partiu do exercício de observação que realizamos ao longo de quase uma década, participando ativamente das atividades que circundam esta manifestação do sagrado. Desta forma, coletamos o depoimento de alguns paroquianos e romeiros que despuseram-se a participar da construção deste estudo. O aporte que utilizamos na interpretação e edição dos respectivos depoimentos foram as ideias do Prof. Newton Cabral que explica:

Quando fazemos uso dos depoimentos orais, fica claro que a memória é a forma como se interioriza a história imediata, e que essa interiorização é feita com o mundo de significações que alcança cada depoente. Portanto, o depoimento pode aproximar-se ou distanciar-se do registro imediato do documento escrito, uma vez que o cenário da memória é um campo de experiências que abrange também o inconsciente. (CABRAL, 2010, p. 270)

Os relatos transformaram-se em elementos de análise que fundamentam o estudo das memórias de quem vivencia e aproxima-se desta manifestação do sagrado. Ao entrevistarmos a Sra. Haidy Sales, a mesma nos relatou:

A devoção a São José da Agonia, independente de classe social, fortalece e fomenta os trabalhos pastorais desenvolvidos em nossa comunidade paroquial. É uma devoção muito bonita, que teve início em 1812 e perdura até os dias atuais. Fico comovida com a fé do povo católico de Água Preta, são preces, mortalhas, promessas, sacrifícios e muitos testemunhos da presença de Cristo pela intercessão do glorioso São José da Agonia. (SALES, 2015).

Notamos que a presença feminina na Igreja Católica destaca-se pela quantidade de mulheres que estão à frente de vários segmentos do trabalho pastoral. Porém, na paróquia de Água Preta, mediante a devoção a São José da Agonia, instituiu-se um grupo masculino denominado de “guardiões de São José”. Os mesmos participam de forma destacada das celebrações litúrgicas, conforme podemos observar pela imagem onde o grupo faz a guarnição do andor do padroeiro:



Foto. Nº 05 – Os Guardiões de São José
(Fonte: Arquivo Paroquial)

Entrevistamos José Nilson de Andrade, maestro e líder deste grupo, em seu depoimento o mesmo enfatiza:

Nos dedicamos ao novenário porque esta fé faz parte da nossa vida. Desde pequeno, participo das festividades de São José, agora como guardião entendo que minha fé é mais sólida e convicta, pois estou fazendo um trabalho para a Igreja, para Jesus Cristo e para o Deus que acredito. São José da Agonia é padroeiro que fortalece a fé de todos os paroquianos. (ANDRADE, 2015).



Contudo, Gilbraz explica:

As relações entre o fiel e os santos podem assumir uma modalidade devocional, através de uma aliança estabelecida pela consagração no batismo ou por um voto, em que o santo se apresenta como ‘padrinho celeste’ e o fiel expressa sua devoção de acordo com as particularidades do santo (pão de Santo Antônio, velas para as almas, terço para Nossa Senhora). Mas uma outra relação é a contratual, onde o santo concede uma ‘graça’ e o fiel paga uma promessa. Em todo caso, a característica comum é o relacionamento direto e pessoal: o santo está ao alcance imediato da pessoa. (ARAGÃO, 2002, p. 45)

Entendemos que, se investigarmos tal fenômeno percebemos que as religiosidades populares ainda representam uma significativa forma de expressão das manifestações do sagrado. Sua relação íntima com a cultura popular e com o imaginário religioso do povo, fomenta o acontecimento de relevantes momentos que marcam e tornam-se imprescindíveis para a condição humana destes sujeitos que experimentam estas experiências religiosas.

2. Considerações Finais:

A elaboração deste trabalho propiciou dissertarmos sobre uma prática devocional vivenciada no âmbito da Paróquia de São José da Agonia, instalada no município de Água Preta. Portanto entendemos que “a religião é, portanto, um sistema de linguagem inteiramente diferente da ciência, e os dois sistemas descrevem claramente diferentes partes do universo humano. (PADEM, 2001, p. 129)

A religião como cultura universal se apresenta como ponto de relevância para o entendimento da realidade. Vivemos um contexto histórico propício para isto, pois, a cada momento, percebemos que os elementos do sagrado estão em plena interação com as diversas situações vigentes, tais como guerras, crise, ideologias e mudanças políticas. A religião é, sem dúvida, um universo que deve ser explorado, dela sendo retiradas indagações e respostas para os variados anseios do homem. A linguagem religiosa é, em seu sentido primário, participativa e invocativa, e não empírica e imparcial. “É uma linguagem que baseia a ação humana em imagens sobre a natureza do mundo, e que é exemplificada em escrituras ou seus equivalentes orais. A linguagem religiosa não é só uma explicação do mundo, mas um modo para os



adeptos, de habitar o mundo”. (PADEM, 2001, p. 130). As experiências devocionais que ocorrem na festa de São José da Agonia da paróquia de Água Preta, podem ser compreendidas como expressões da diversidade das linguagens pelas quais a religião está cada vez mais presente.

Referências:

ALENCAR, Jackson Ferreira de. Religiosidade Popular. In: REVISTA VIDA PASTORAL. São Paulo: Paulus, ano 54, março-abril, 2013.

ANDRADE, Manoel Correia de. A guerra dos cabanos. Recife: Editora Universitária de UFPE, 2005. 303p.

ANGEIRAS, Célia. Estudando a história de Água Preta. Água Preta: Secretaria de Educação, 1990. 25p.

ARAGÃO, Gilbraz. Religiosidade Popular e Fé Cristã. In: REVISTA DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA UNICAP. Recife: Fasa, 2009.

AZZI, Riolando. O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos. Petrópolis, Vozes, 1978. 155p.

BERGOGLIO, Jorge Mário (Papa Francisco). Audiência Geral do dia 19 de março de 2014. Vaticano.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Entre a história e as ciências da religião: questões teórico-metodológicas sobre o trabalho com depoimentos orais. Revista de Teologia e Ciências da Religião. Recife, ano IV, n. 04, 2005. 207p.

COMBLIN, José. Os sinais dos tempos e a evangelização. São Paulo: Duas Cidades, 1968. 259-321p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais pernambucanos: (1795-1817). Recife: FUNDARPE, v. 07, 1984. 258-261p.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 54.

CROATTO, José Severino. As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas, 2001. 17-67p.



ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 191p.

HAUCK, João Fagundes. In: FRAGOSO, Hugo. BEOZZO, José Oscar. GRIJP, Klaus Van Der. BROD, HOORNAERT, Eduardo. In: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979. 442p.

_____. **A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Henrique. História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 297-317.**

_____. **Formação do catolicismo brasileiro: 1580-1880. Petrópolis: Vozes, 1991. 140p.**

PADEN, William E. Interpretando o sagrado: modos de conceber a realigação. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 123-135.

PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DA AGONIA. Livro de Tombo. N.º 01 (Manuscrito).

_____. **Livro de Tombo. N.º 02 (Manuscrito).**

_____. **Livro histórico do patrimônio de São José. (Manuscrito)**

POLMAN, Jorge. Missão de esperança: história dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus no Norte do Brasil. Recife: Edição da Província Brasileira, 1986. 147p.

RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822). Santa Maria: Editora Pallotti, 1988. vol. III, 73p.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 162.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1991, p.251.

c) Entrevistas inéditas

ANDRADE, Nilson José de. Água Preta, 16 de março de 2015.

FERREIRA, Haidy das Grças de Sáles. Água Preta, 15 de março de 2015.